



Debate “Colina de Santana” | 4 Fevereiro | 15:00 | Casa do Alentejo

Intervenção de João Ferreira

Queridos camaradas,

Estimados amigos,

As intervenções que me antecederam e o debate que aqui tivemos expuseram de forma eloquente os objectivos – assumidos uns, escondidos outros – do projecto existente para a Colina de Santana. Projecto a que o Programa de Acção Territorial aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa dá suporte e envolvência cosmética.

Esta iniciativa cumpriu, assim, desde já, uma parte dos seus objectivos. Agradecemos por isso aos convidados aqui presentes e, de um modo particular, à Dra. Elsa Jara, pelo empenho, pela generosidade e pelo tempo que tem dedicado à defesa da Colina de Santana.

Mas esta iniciativa estaria incompleta e, nessa medida, à quem dos objectivos que assumimos quando partimos para a sua realização, se à denúncia, à reflexão e ao debate que aqui promovemos não juntássemos também um veemente apelo à mobilização. Um apelo que se prolonga para lá desta iniciativa. Uma iniciativa que, nessa medida, não é nem um ponto de chegada, nem um ponto de partida, mas sim um ponto de passagem, útil para reunir forças para uma luta que continua, em defesa da Colina de Santana.

Está em causa, desde logo, o encerramento e desmantelamento de seis hospitais da cidade de Lisboa, que hoje constituem o Centro Hospitalar Lisboa Central – três desses hospitais estão na Colina de Santana e em pleno funcionamento – o Hospital de São José, o Hospital de Santo António dos Capuchos e o Hospital de Santa Marta. Hospitais diferenciados e com especialidades únicas no país como é o caso da unidade de queimados de São José ou da unidade de transplante pulmonar em Santa Marta. A estes juntam-se três hospitais fora da Colina de Santana – o D. Estefânia, a Maternidade Alfredo da Costa e o Curry Cabral. Relembremos que o Hospital Miguel Bombarda, o Hospital do Desterro e o Hospital de São Lázaro já foram encerrados.

Não fosse a tenaz resistência que se ergueu em sua defesa e o encerramento de outros hospitais seria já também um facto consumado.

Por um lado, o debate travado ao longo dos últimos anos, no qual participaram de forma empenhada e qualificada muitos profissionais de saúde, ajudou a aprofundar o conhecimento sobre a problemática da prestação de cuidados de saúde hospitalares na cidade de Lisboa. Por outro lado, este debate teve como pano de fundo uma maior clarificação sobre o conteúdo e objectivos dos projectos de sucessivos governos

(incluindo o actual) em termos de evolução da oferta hospitalar em Lisboa.

Concretamente, é já uma certeza que o projectado Hospital de Lisboa Oriental, ainda por construir e sem garantias de que funcionará no quadro de uma gestão pública, não terá capacidade para absorver os serviços prestados pelos hospitais públicos da Colina de Santana.

Nestas condições, reforça-se a convicção de que o encerramento dos hospitais do Centro Hospitalar Lisboa Centro constituiria um injustificável e inaceitável ataque a Lisboa e aos lisboetas. Mais do que isso: de uma decisão desta natureza pode muito bem resultar um prejuízo de monta para o próprio país.

Permitam-me que aqui recupere algumas breves notas de enquadramento deste processo. Está em causa uma colossal negociata, uma deliberada operação de entrega da Colina de Santana nas mãos dos especuladores imobiliários.

O processo inicia-se em 2009, no Governo PS/Sócrates, com a venda à ESTAMO – uma empresa imobiliária de capitais públicos – dos quatro hospitais da Colina de Santana (os três ainda em actividade e o já encerrado Miguel Bombarda). Antes, o Ministério da Saúde havia já decidido encerrar os quatro hospitais.

Ora, o Estado vendeu a uma empresa do Estado quatro hospitais, com relevante função assistencial e valioso património histórico, cujos territórios são equivalentes à área de 16 estádios de futebol, grosso modo, toda a área da baixa pombalina. A venda terá sido feita por 111 milhões de Euros, segundo dados da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, embora o próprio presidente da ESTAMO, tenha afirmado em Dezembro de 2013, em debate na Assembleia Municipal de Lisboa, que os comprou por 125 milhões de euros, o que revela bem a falta de rigor e de transparência deste processo.

O Ministério da Saúde ficou a pagar anualmente uma renda de seis milhões de euros à ESTAMO pela utilização dos três hospitais em funcionamento. Ou seja, desde o momento da venda até hoje, o Ministério da Saúde já terá pago, só em rendas, 36 milhões de euros à ESTAMO (um terço do preço de venda). Vale a pena dizer que a ESTAMO é uma empresa que, supostamente, gere imobiliário considerado “excedentário” do Estado, tendo em vista a sua alienação para a esfera privada. Ou seja, considerou-se “excedentário” um conjunto de equipamentos do Serviço Nacional de Saúde em pleno funcionamento.

Ora, a ESTAMO, e portanto o governo, deparou-se com um problema – o Plano Director Municipal de então não permitia alterar o uso do solo destinado à localização de equipamentos. No debate na Assembleia Municipal já referido, é o Próprio Presidente da ESTAMO que, a certa altura, afirma que (cito) “a primeira coisa que era preciso fazer era mudar o seu uso [do solo, no PDM] e em concertação com a Câmara resolvemos não fazer os planos de pormenor e aproveitar a revisão do PDM e concretizar no PDM qual seriam os novos usos que essas zonas iriam ter”. E continua: “A Câmara e bem, na possibilidade que é própria do PDM em termos de legislação, planeou o que seria o futuro da cidade e portanto não fez mais à ESTAMO do que fez a todos os promotores que existem na cidade de Lisboa” (fim de citação).

Pois bem, e o que fez a Câmara “a todos os promotores que existem na cidade de Lisboa”? Simples: deixou a cidade à sua mercê, liberalizando os usos do solo.

Palavras para quê? Foi a Câmara Municipal de Lisboa que permitiu, através da revisão do PDM de 2012, que a ESTAMO pudesse vir a apresentar quatro Pedidos de Informação Prévia numa lógica da promoção e rentabilização imobiliária, nomeadamente para construção de empreendimentos de luxo. Recorde-se que a revisão do PDM desclassificou as áreas envolvidas para localização de equipamentos e acabou com a necessidade de planeamento urbanístico, através das figuras dos planos de urbanização e planos de pormenor.

A gestão PS na Câmara Municipal de Lisboa nem por um momento combateu o processo de transformação de uso do solo que se pretendia para aqueles espaços. Pelo contrário, foi agente activo e determinante dessa transformação. Viabilizou-a. Adequou o PDM às necessidades do especulador. Por esta e por outras boas razões, a CDU votou contra esta revisão do PDM. Não por acaso, o PS e o PSD convergiram na sua aprovação.

A discussão pública dos quatro Planos de Informação Prévia apresentados pela ESTAMO foi exígua, curta como convém, e os resultados não foram tornados públicos.

Entretanto, como as vozes contrárias à intenção de encerramento dos hospitais foram sendo mais e se foram fazendo ouvir, a estratégia da Câmara Municipal de Lisboa (e do governo) sofreu uma inflexão. Era importante fazer passar na opinião pública a ideia de que o que estava em causa era um projecto mais global para requalificar e regenerar a zona da Colina de Santana. Razão pela qual se encomendou à ESTAMO um projecto dito “global” para a Colina. Esse projecto deveria fazer diluir e esconder o essencial – e o essencial era a intenção de encerramento de três hospitais em funcionamento. É assim que a maioria PS passa a falar em se encontrar um “novo desígnio” para a Colina de Santana, através da “regeneração da cidade consolidada”. Acena-se com uma (e cito) “estratégia para fixar mais famílias, mais empresas, mais emprego, de reabilitação do edificado e do espaço público, dos equipamentos, potenciando e valorizando o que existe, do reforço da coesão social em cada bairro e na cidade em geral, de valorização do património histórico e arquitectónico identitário de Lisboa, pondo à vista o que tem estado esquecido e desprezado” (fim de citação).

Fica por explicar, como se cria mais emprego eliminando os milhares de postos de trabalho directa e indirectamente associados aos hospitais que querem varrer do mapa da cidade. Fica por explicar, como se promove a coesão social em cada bairro degradando ainda mais as condições de prestação de cuidados de saúde. Fica por explicar, porque não pode (diríamos deve) o património histórico e arquitectónico ser preservado e desfrutado com os hospitais em funcionamento. Aliás, a permanência da actividade permite precisamente essa preservação.

Amigos e camaradas,

Em Lisboa, e em particular na Colina de Santana, a requalificação urbana é imperiosa. Em 2016, o centro e o centro histórico de Lisboa contavam com 4850 edifícios em mau ou péssimo estado de conservação.

Mas o que é necessário não é uma certa concepção de “requalificação”, que o PS vem alimentando ao longo dos dez anos em que esteve à frente dos destinos da cidade. Essa é dispensável. Mais, deve ser combatida: a “requalificação” dos condomínios de luxo e dos hotéis de charme; a qualificação descaracterizadora, que vem expulsando as camadas populares de zonas históricas e centrais da cidade, promovendo a sua elitização ou a avassaladora turistificação. Não, este processo, sendo benéfico e lucrativo para alguns, não interessa à cidade e deve ser travado.

Há muito que Lisboa precisa e que a CDU defende intervenções norteadas por uma lógica qualificadora da fruição do espaço público, do património, das infra-estruturas e equipamentos, que contribua para melhorar as condições de vivência urbana e para prover equipamentos apazíveis e necessários às comunidades residentes e ao desenvolvimento da cidade. É isto o que deve ser feito na Colina de Santana.

Os hospitais não devem encerrar. Os serviços públicos fazem falta à cidade. Fazem falta muito especialmente a esta zona da cidade. Eles são elementos imprescindíveis à qualidade de vida e ao bem-estar das populações. Atraem emprego qualificado. A desqualificação e o encerramento progressivos de serviços públicos a que vimos assistindo, particularmente no caso dos serviços públicos de saúde, empobrecem e desqualificam a cidade. Perante esta ofensiva, dos responsáveis municipais seria de esperar que assumissem a primeira linha de defesa das populações e da cidade. Não foi isso que aconteceu nos últimos anos. Na melhor das hipóteses, foram complacentes perante essa degradação e encerramento, quando não cúmplices ou mesmo agentes activos, como claramente sucede no caso dos hospitais da Colina de Santana.

Lisboa não deve prescindir das unidades de saúde hoje existentes na Colina de Santana. Embora possa, em determinadas condições, admitir uma reorientação do perfil de algumas delas, tendo em conta necessidades específicas da população mais idosa – ao nível, por exemplo, dos cuidados continuados de saúde.

A actual maioria na Câmara Municipal de Lisboa tenta agora vender a ideia de que, correndo com os hospitais dali para fora, transformar-se-ia a Colina num polo de ensino, de educação, de ciência e de investigação médica. A chamada “colina do conhecimento”, como pomposamente lhe chama o Programa de Acção Territorial proposto e aprovado pelo PS. Curiosa concepção. Vale tudo para convencer a população das virtudes de um projecto que ninguém logra vislumbrar, senão os especuladores e os que, a partir do poder político, defendem os seus interesses.

Afinal de contas, que espécie de investigação médica poderia ser feita sem um hospital? Como é que unidades de investigação, como é que a Escola Médica, e Escola de Enfermagem poderão existir separadas dos hospitais? Não podem. E esta seria mais uma das consequências do projecto do PS para a Colina de Santa: é que com os hospitais iriam o ensino e a investigação que hoje ali se fazem.

Porque este é também um tempo de prestação de contas, importa aqui lembrar que o PCP foi na Câmara Municipal de Lisboa a única força que se opôs e votou contra o Programa de Acção Territorial para a Colina de Santana, que prevê explicitamente o encerramento dos hospitais de São José, Santa Marta e Capuchos. Fizémo-lo afirmando em declaração de voto, para registo e memória futura que este projecto corresponde ao

“materializar de um dos maiores negócios de especulação imobiliária alguma vez levados a cabo na cidade de Lisboa, que levará ao afastamento dos cuidados de saúde da população, em especial da mais idosa”, só satisfazendo “os interesses do grande capital”.

Caros camaradas, estimados amigos

Os planos do PS, do PSD e do CDS para a Colina de Santana representam um enorme ataque ao Serviço Nacional de Saúde, aos seus profissionais e aos utentes.

Entre os grandes defensores destes planos está aquele que em 2013 exercia as funções de Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. Afirmava então que (cito) “é a nossa ambição, quase angústia, ... rapidamente podermos encerrar estes Hospitais antigos a começar pelo São José, Santa Marta, Hospital dos Capuchos”. O argumento era o de que os hospitais – que chamou de velhos – não teriam condições para funcionar.

Não ignoramos os problemas, alguns sérios e profundos, que afectam estas instituições. Como não ignoramos que estes três hospitais e os outros três que integram o Centro Hospitalar Lisboa Centro, receberam em 2016 a acreditação e certificação de uma prestigiada entidade acreditadora, a Caspe Healthcare Knowledge System, reconhecendo a sua qualidade de excelência.

Mas se não existe manutenção regular, se as enfermarias não têm condições, se as instalações se vão degradando sem que as necessárias intervenções tenham lugar, de quem é a responsabilidade senão dos sucessivos governos e ministérios da saúde? Hospitais centenários, prestigiados e de qualidade, existem em várias capitais europeias, e não são encerrados pelo simples facto de terem já muitos anos. Ou será que os edifícios estão velhos para serem hospitais mas podem aparecer imaculados se forem transformados em condomínios de luxo? Aos que dizem que os custos de manutenção destes hospitais são elevados, talvez valha a pena lembrar os seis milhões de euros que se pagam de rendas anuais à ESTAMO, desnecessários caso os hospitais não tivessem sido alienados e que poderiam certamente sobrir uma parte desses custos.

Importa referir que até esta data não existem estudos de impacto sobre a medida de desactivação dos seis hospitais do Centro Hospitalar Lisboa Centro, designadamente ao nível das populações afectadas.

Razão aliás pela qual o PCP apresentou, já em 2016, na Assembleia da República, um projecto de resolução recomendando ao governo a realização de um estudo sobre a actual capacidade hospitalar instalada em Lisboa e sobre o impacto da alteração da resposta do Centro Hospitalar Lisboa Central nas diferentes especialidades em todo o país.

Entre outras medidas, este projecto preconiza “um estudo rigoroso, científico e isento sobre a actual capacidade hospitalar instalada na Área Metropolitana de Lisboa”; uma avaliação das “necessidades de reforço e articulação entre as várias unidades do SNS”; e a suspensão imediata de “qualquer medida tendente à diminuição da capacidade instalada e encerramento de camas no Centro Hospitalar Lisboa Centro”.

Em 2013, os seis hospitais do Centro Hospitalar Lisboa Central tinham 1403 camas – número que vinha já decrescendo nos últimos anos e que hoje é provavelmente ainda inferior, devido à política de esvaziamento dos hospitais para seu posterior encerramento. O projectado hospital na zona oriental da cidade, em Marvila, tem previstas não mais de 800 camas. O Centro Hospitalar Lisboa Central tem uma cobertura populacional de primeira linha de 450.000 pessoas (sem contar com a Maternidade Alfredo da Costa que abrange uma população de cerca de 230.000 pessoas), sendo a área de cobertura total de milhão e meio de habitantes.

Diminuir a capacidade total existente constituiria mais um golpe no Serviço Nacional de Saúde e um favor ao negócio dos hospitais privados. Que em abono da verdade têm sido altamente favorecidos, seja através do financiamento público que lhes é directamente atribuído, seja através do desinvestimento nos hospitais públicos, aqui se incluindo o encerramento de hospitais como o Miguel Bombarda, o Hospital do Desterro, o Hospital de São Lazaro, o Hospital de Arroios ou o desmantelamento do Hospital Pulido Valente, numa razia sem precedentes.

Estimados amigos e camaradas,

Combater os projectos conhecidos do PS para a Colina de Santana, com os quais PSD e CDS não terão dificuldades em se identificar e convergir, é ponto de partida essencial da luta pela concretização de uma outra visão de cidade.

Não temos da cidade uma visão conservadora e monolítica. A cidade é um corpo vivo e, nessa medida, mutável.

Mas andamos cá há tempo suficiente para perceber a complexa teia de relações e de antagonismos sociais sobre as quais essas mutações se processam. Relações e antagonismos que determinam um permanente conflito entre as tentativas de apropriação privada da cidade, que acentua desigualdades na sua fruição, e a apropriação colectiva da cidade, a reivindicação do “direito à cidade”, à sua fruição por inteiro, sem exclusões nem desigualdades.

Este conflito está porventura mais vivo do que nunca hoje em Lisboa. Pela nossa parte, sempre soubemos de que lado estamos e combatemos.

A gentrificação da cidade, em especial do seu centro, a sua conversão em produto de consumo – seja o consumo restrito de um produto de luxo, como o imobiliário, seja o consumo de massas de um produto cada vez mais incaracterístico, no caso do turismo – esta dinâmica, dizia, serve os interesses de uma ínfima minoria. Não serve os interesses e as aspirações da esmagadora maioria dos que vivem e trabalham em Lisboa. Ou sequer dos que simplesmente visitam Lisboa.

Combater os projectos conhecidos do PS para a Colina de Santana é, nessa medida, resgatar a cidade. Resgatá-la da inelutável perda de uma matriz identitária indissociável da presença e vivências das classes e camadas populares.

Porque uma cidade não a faz apenas o edificado, mas sim o conjunto de relações sociais, de acção, memória e vida colectivas. E estas, no caso da Colina de Santana,

determinam dinâmicas económicas e sociais que não podem ser desligadas, desde logo, dos milhares de profissionais de saúde e dos utentes que diariamente ocupam este espaço.

Por esta razão, os projectos imobiliários em carteira para a Colina de Santana põem em causa muito mais do que o desaparecimento de hospitais desta zona da cidade. Põem em causa mais do que a conservação do património arquitectónico e histórico dos edifícios que albergam esses hospitais. Para além do direito à saúde, estes projectos põem fundamentalmente em causa o direito à cidade.

São razões mais do que suficientes para que possamos hoje aqui anunciar que iremos, quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal, apresentar uma moção exigindo ao governo a reversão do negócio da venda dos quatro hospitais à ESTAMO. A Câmara Municipal de Lisboa e as forças que compõem o seu executivo terão, assim, a oportunidade de se demarcarem de um negócio que lesa o interesse público e a cidade.

Porque entendemos que este não é um caminho a que nos tenhamos de resignar, reafirmamos aqui o empenhamento e o compromisso que desde sempre a CDU demonstrou na luta por um caminho alternativo. Empenhamento e compromisso patentes nos contributos que demos em sede de debate na Assembleia Municipal de Lisboa, em 2014. E que iremos certamente renovar e enriquecer com os contributos que recolhemos no âmbito desta iniciativa que hoje aqui teve lugar.